



Linha do tempo

Os Correios na América portuguesa (1797-1822)



1a Edição



MUSEU
Correios



Gerência do Museu Correios - GEMUS
Subgerência do Centro de Documentação Histórica - SUCDH
Pesquisa, texto e design: Mayra Guapindaia
Brasília - Distrito Federal
2023

Sumário

Antecedentes 01

**As Reformas Postais
de 1798** 02

**Os Correios e a
chegada da Família
Real** 06

**Os Correios e o prelúdio da
Independência** 10

Referências Bibliográficas 12

Antecedentes

1797



Extinção do ofício de Correio-mor

Após longa negociação, o ofício de Correio-mor foi incorporado à alçada da Coroa portuguesa. Na prática, isso significou que a família detentora do direito de explorar os serviços de correios em Portugal e nos domínios ultramarinos desistia deste ofício. Os Gomes da Mata, desde o século XVII, eram os grandes responsáveis pelos serviços postais no Império português, desempenhando a função em caráter de monopólio. Com a extinção do ofício, a entrega de correspondência passou a ser feita diretamente pela administração da Monarquia portuguesa, sendo desempenhada pelo Estado e não mais por particulares. Essa transformação foi feita graças ao empenho do Ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Ele entendia que os serviços postais deveriam ser um negócio direto da Coroa, pois assim as comunicações seriam mais eficientes. Além disso, a administração monárquica dos Correios permitiria que as taxas cobradas pela entrega de correspondência fosse recolhida aos cofres régios.

18 JAN

As Reformas Postais de 1798

1798

A criação dos Correios marítimos e terrestres

Com o serviço sob responsabilidade da administração direta da Coroa, foram lançadas normas com o intuito de organizar os Correios tanto no reino quanto no ultramar. O Alvará de 20 de janeiro de 1798 instituiu o Correio Marítimo entre Portugal, ilhas e América portuguesa, orientando sobre a criação dos correios internos.

20 JAN

A normativa instituiu que dois paquetes (embarcações transportadoras de cartas) deveriam sair a cada dois meses de Lisboa com destino à América portuguesa. Enquanto um navio deveria seguir para as capitanias do Norte, o outro rumava para a Bahia para depois alcançar o Rio de Janeiro.

Fonte: Coleção da Legislação Portuguesa, organizada por António Delgado Silva (1791-1801). Lisboa, 1828, p. 479-482

As normas para a instituição dos Correios locais

As Instruções dos Correios da América, um das das normas lançadas para a organização da nova estrutura postal, indicava como funcionariam as Administrações de correio na América portuguesa. Por esse documento, sabe-se que elas eram organizadas na escala municipal (em vilas ou cidades) e contavam com os seguintes empregados: 1 Administrador e 1 ou 2 oficiais (a depender do tamanho da cidade ou vila).

26 FEV

Página do Códice Bahia, um livro manuscrito com correspondência da Administração de Correio da Bahia (1798-1825). Acervo: Museu Correios

Fonte: MACHADO, Luiz Guilherme, "As 'Instruções' Anexas ao Alvará de Criação dos Correios Marítimos para o Brasil de 1798", A Filatelia portuguesa, no 6, 2002, p. 11

O Príncipe Real aporta em terras americanas

13 ABR



Em abril, o primeiro paquete, *Príncipe Real*, embarcação construída pela Coroa portuguesa especificamente para o transporte de cartas, chega à Paraíba, vindo de Lisboa.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_015, Cx.201, doc.13786



Rio de Janeiro pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret.

Os primeiros empregados dos Correios na América portuguesa

Com as normas lançadas pela Coroa, os governadores e Juntas da Fazenda, órgão fazendário das capitanias, eram responsáveis por escolher o pessoal que se encarregaria do serviço postal. Assim, uma série de documentos permitem reconstruir o ritmo das nomeações dos Administradores, o maior cargo da instituição postal que surgia nas capitanias. No Rio de Janeiro, foi nomeado para Administrador do Correio da cidade Antonio Rodrigues da Silva.

Fonte: DUARTE, Antonio. Almanque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. 1799. In: REVISTA do IHGB, Tomo XXI, 1858, p.112

Administração do Correio de Pernambuco

A Junta da Fazenda nomeia Maximiano Francisco Duarte como Administrador de Correio de Pernambuco.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_015, Cx. 202, doc. 13807.



Administração do Correio da Paraíba

Em correspondência à D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de maio de 1798, o governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, indica que já havia nomeado o Administrador de Correio da Paraíba, que era “um comerciante bem estabelecido”.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_014, cx.34. D.2493





26 MAI

Belém do Pará em 1825, por Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius.

Administração do Correio do Pará

A Junta da Fazenda do Pará, em reunião para cumprir as ordens da Coroa para a instituição do Correio, nomeou o Administrador Antonio Gonçalves Ledo.

Fonte: *Arquivo Nacional*. BR, AN,RIO. Negócios de Portugal. Códice 99, vol. 19

Administração do Correio da Bahia

03 JUL

A Junta da Fazenda da Bahia nomeia Luiz de Souza Viana como Administrador.

Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*. AHU_ACL_CU_015, ex.203, doc.13858.

Administração de Correio de Minas Gerais

11 AGO

A Junta da Fazenda de Minas Gerais instituiu cinco Administrações de correio no território da capitania. Cada Administração ficaria em uma vila diferente, contando com administradores e oficiais próprios. Eram elas: Vila Rica, São João del Rei, Sabará e Paracatu. Minas Gerais foi a capitania que mais criou Administrações de correio, uma vez que em outras capitanias a regra foi inaugurar somente uma casa postal, na capital. Em alguns casos, como São Paulo e Mato Grosso, foram criadas duas administrações. Minas era a capitania mais povoada da América portuguesa, e sem acesso ao mar, o que justifica a maior demanda por pontos de comunicação.

Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*. AHU_ACL_CU_011, Cx. 145, doc. 26

1799

26 JAN

Ideia geographica dos territórios portugueses que compreende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá.
Acervo Biblioteca Nacional

Administração do Correio de Mato Grosso

As Administrações de Correio de Mato Grosso foram as últimas a surgirem na América portuguesa. Isso se deu devido à dificuldade de acesso à capitania, por ser território interior e com caminhos difíceis. Assim, o Alvará de 20 de janeiro de 1798, que cria os Correios na América portuguesa, chegou nas mãos do Governador da capitania somente em outubro de 1798. Tendo isso em vista, as Administrações de Correio, em Vila Bela, capital de Mato Grosso à época, e Cuiabá, só foram criadas no ano seguinte, em **26 de janeiro de 1799**.

Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*. AHU_ACL_CU_010, Cx. 36, doc. 1844.

1807

16 JAN

A aproximação da Família Real e as novas reformas de Correio

Em 1807, o Administrador do correio do Rio de Janeiro, Manoel Moreira de Figueiredo, a pedido da Junta da Fazenda, elaborou um plano de reforma para melhorar o giro postal para as Minas Gerais. Este plano veio da necessidade de uma comunicação mais eficiente entre o território mineiro e o Vice-reinado do Rio de Janeiro. Neste período, a viagem entre Rio e Minas era feita pelo “Caminho Novo”, um trajeto que passava pela Serra da Mantiqueira. O plano de Manoel Moreira sugeria uma variante deste caminho, passando pelo porto da Estrela, considerado por ele mais eficiente por ser menos sujeito à enchentes e outras intempéries.

Os dois territórios tinham importantes vínculos comerciais, sendo que a produção agrícola das Minas era responsável por abastecer o mercado do Rio de Janeiro. Esta ligação se fortalecerá a partir de 1808, com a transferência da corte para a América portuguesa.

Fonte: 16/01/1807. Biblioteca Nacional, BNRJ, Manuscritos, I-26,31,056.

Os Correios e a chegada da Família Real

1808

A Corte no Rio de Janeiro e as novas reformas postais

Com a transferência do centro do poder político do Império para o Rio de Janeiro, foram iniciadas uma série de reformas que atingiram também o sistema postal. Este período é marcado pelo surgimento de novas estruturas de correio em todo o território da América portuguesa, havendo uma clara motivação para se ligar não só as capitanias à sede da corte, mas também uma capitania à outra.

O marco inicial desta nova fase se dá com a promulgação do Regulamento Provisional da Administração Geral dos Correios. A partir dele, a Monarquia portuguesa repetia uma fórmula bastante adotada neste período, ou seja, a recriação de instituições existentes em Lisboa em solo americano. Assim, surge, no Rio de Janeiro, um “Correio Geral”, homônimo daquele presente em Portugal. Vale frisar, contudo, que o regulamento tratava somente da estrutura funcional do Correio do Rio de Janeiro e em nenhum momento há algum dispositivo normativo que subordine as Administrações postais de outras capitanias à este Correio Geral. A estrutura, portanto, continuava descentralizada, tal qual a criada em 1798.

22 NOV

Selo postal 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil 2008. Acervo Museu Correios

Fonte: Decisão n. 53, de 22 de novembro de 1808. Aprova o regulamento provisional da Administração-geral do Correio desta Corte. Coleção das decisões do Governo do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1891, p. 69-70

1810



Selo postal 150 anos da
abertura dos portos.
1958
Acervo Museu Correios

Abertura dos portos e criação de Correio Marítimo entre América Portuguesa e Grã-Bretanha

1808 marca o início de grandes mudanças no papel da América portuguesa no contexto imperial. A vinda da Família Real significou a transferência da Corte, sede do poder, para solo americano. Assim, diversas medidas foram tomadas no sentido de haver liberdades, especialmente econômicas, não antes experimentadas no período colonial.

Um marco importante foi a abertura dos portos às nações amigas, em 1808. Este acordo significou que a América portuguesa poderia negociar diretamente com outros locais da Europa além de Portugal. Foi legalizada, também, a entrada de navios não-portugueses nos portos. Significou, portanto, o fim do exclusivo colonial.

Esta medida veio acompanhada de um Decreto, de **26 de fevereiro de 1810**, sobre o sistema de Correio Marítimo que ligaria a Grã-Bretanha, especificamente o porto de Falmouth, ao Rio de Janeiro. O Império britânico era o parceiro comercial mais importante de Portugal e a abertura dos portos foi positiva sobretudo aos ingleses. Sendo assim, fazia sentido que esta ação fosse acompanhada da tentativa de garantir comunicação constante entre a nova sede do poder de Portugal nos trópicos e a Inglaterra.

O Correio Marítimo entre Portugal e Inglaterra já era antigo, sendo que um pacote ligava os portos de Falmouth e Lisboa desde o século XVII. Com a mudança da sede da Corte portuguesa, o mesmo sistema foi transferido para o Rio de Janeiro, sendo que um “Agente de pacote” britânico passou a residir na cidade.

Fonte: Carta de lei de 26 de fevereiro de 1810. Ratifica o tratado de comércio e navegação entre o Príncipe Regente de Portugal e El Rei do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assinado no Rio de Janeiro aos 18 deste mês e ano. Coleção das Leis do Brasil de 1810, (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891), 42.

1811

26 NOV

A rota postal regular entre Rio de Janeiro e Barbacena

Depois da chegada da família real, a estrutura de correios iniciada em 1798 se manteve a mesma. Ou seja, existiam diversas Administrações que funcionavam regionalmente, nas capitanias, sem haver subordinação direta à um Correio central. Contudo, esta estrutura passou a expandir-se e complexificar-se. Exemplo disso são algumas normas da época, expedidas pela Coroa, para que se estabelecessem correios regulares entre a Corte e as mais variadas vilas e cidades, como a entre Rio de Janeiro e Barbacena.

Fonte: Decisão n.48 de 26 de novembro de 1811. Manda estabelecer a correspondência positiva do Correio desta Corte com a Vila de Barbacena. Coleção das decisões do Governo do Brasil (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1891), 36-37.

1812

29 AGO

Aprovadas rotas postais entre as principais vilas das capitanias do Ceará e Pernambuco

Com a mudança da sede política e administrativa do Império português para o Rio de Janeiro, uma das maiores questões para a governabilidade era manter a comunicação regular com todas as capitanias. Naquele momento houve uma série de decisões para expandir os correios de e para a Corte. Contudo, o poder central também lançou normativas para que as regiões se ligassem entre si e, assim, facilitassem o escoamento da correspondência para a sede política. Esse foi o caso das capitanias do Norte. Paralelamente à decisão central, os governadores fizeram esforços para expandir os postos de correio, sendo criadas, pela primeira vez, **agências**, unidades administrativas menores que eram subordinadas às Administrações.

Fonte: Decisão n.29 de 29 de agosto de 1812. Aprova o estabelecimento de Correios entre as principais vilas da capitania do Ceará e a do Pernambuco. Coleção das decisões do Governo do Brasil. (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1891), 36-37.

1813

Estabelecidos correios entre Maranhão, Ceará e Bahia

28 JUN

Dando continuidade à expansão postal pelas capitânicas do Norte, em 1813 foram estabelecidos correios entre Maranhão, Ceará e Bahia.

Fonte: Decisão n.22 de 28 de Junho de 1813. Aprova o estabelecimento de Correios entre as Capitânicas do Maranhão, do Ceará e da Bahia. Coleção das decisões do Governo do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1891, 27-28.

1814

Estabelecimento de correio entre Rio de Janeiro e a Capitania de São Pedro

10 JUN

No contexto de expansão, a Coroa também preocupou-se em criar rota postal regular com a Capitania de São Pedro (atual Rio Grande do Sul). No período do domínio português, a região sempre foi considerada estratégica e alvo de preocupação, devido à ligação com o rio da Prata e as possessões espanholas da América. Alvo de muitas disputas, era essencial que a capitania contasse com vigilância constante, e as comunicações regulares eram uma das formas de garantir isso.

Em 1814, o direito de prestar o serviço entre a Corte e a capitania foi cedido, mediante contrato, para um particular. Assim, a estrutura dos correios do Sul passou a funcionar de maneira diferente daquela proposta nas reformas de 1798, ou seja, não fazia parte da administração direta das Juntas da Fazenda e da Coroa portuguesa.

Fonte: Decisão n. 12, de 10 de Junho de 1814. Encarrega a Thomaz José Fernandes da exploração e exame conveniente sobre a direção em que se possa estabelecer regularmente um correio para a correspondência desta Cidade com a capitania de S. Pedro. Coleção das decisões do Governo do Brasil, (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1891), 10-12.

Os Correios e o prelúdio da Independência

1822

Os correios da Bahia e as Cortes de Lisboa

Nos anos 1820, o Império português passou por mudanças políticas que marcaram a experiência da Monarquia enquanto instituição. A Revolução do Porto, ocorrida neste ano, acarretou no processo de retorno de D. João VI para Portugal, ficando seu filho, Pedro I, como Príncipe Regente do Brasil. Esta movimentação social também acarretou nas Cortes de Lisboa, com a reunião de diversos deputados, dentre eles, representantes das províncias brasileiras. O objetivo das Cortes era a votação de uma Constituição que, a partir de então, passaria a reger o poder do monarca.

A adoção de uma Monarquia Constitucional teve repercussões em solo brasileiro, sendo que diversos grupos se colocaram a favor ou contra a novidade do sistema político. Por um lado, se alguns juraram a nova constituição e fidelidade às Cortes, outros passaram a considerar as normativas vindas de Lisboa como redutoras das liberdades conquistadas pelo Brasil desde a chegada da família real.

Essas discussões marcam o prelúdio do movimento de Independência. No que diz respeito aos Correios, a documentação da época nos permite perceber como o sistema postal foi responsável por fazer circular informações acerca das Cortes e das novidades políticas.

Em **12 de janeiro de 1822**, o Administrador do Correio da Bahia, Prudêncio José da Cunha Vale, informou ao Administrador do Correio Geral, em Lisboa, que mandou distribuir as leis das Cortes Gerais e Extraordinárias, recebidas de Portugal, em 32 vilas baianas.

Este envio em massa de leis demonstram como, neste período, os correios baianos possuíam capilaridade suficiente para alcançar diversas vilas dentro de seu próprio território.



Selo postal comemorativo do Brasil nas Cortes de Lisboa, 2021

Fonte: Acervo Museu Correios, Códice Bahia, P.167

Juramento dos empregados dos Correios da Bahia à Constituição Portuguesa de 1821



Página do Códice Bahia, um livro manuscrito com correspondência da Administração de Correio da Bahia (1798-1925). Acervo: Museu Correios

Após a declaração da Independência, em 7 de setembro de 1822, nem todas as províncias haviam aderido ao projeto do Príncipe D. Pedro, se mantendo fiéis à Constituição portuguesa promulgada em 1821. Uma delas, justamente, foi a Bahia, que passou por uma prolongada guerra de Independência, havendo a adesão deste território ao Império do Brasil somente em julho de 1823.

Nesse contexto, os oficiais do Correio da Bahia, em 30 de dezembro de 1822, por não se alinharem à Independência encabeçada por D. Pedro, juraram à Constituição das Cortes portuguesas de 1821.

Fonte: Acervo Museu Correios, Códice Bahia, P.177



Referências Bibliográficas

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. **Em torno do trono: a economia política das comunicações postais do Brasil no século XIX (1829-1865)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FORTUNATO, Thomáz. Nas vértices do Império: a formação das redes de correio na América portuguesa. (1796-c.1808). **Atas do ANPUH-Brasil - 31o Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 2021.

GOUVÊA. As bases institucionais da construção da unidade. In: JANCSÓ, Istvan (org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUI TEC/FAPESP, 2005, p.707-754.

GUAPINDAIA, Mayra. Correios da Bahia: A experiência global das comunicações terrestres e marítimas no processo da Independência (1798-1822). In: PIMENTA, João Paulo; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Independência do Brasil em Perspectiva Mundial**. São Paulo: Alameda, 2022, p.13-41

_____. **O Controle do Fluxo das Cartas e as Reformas de Correio na América Portuguesa (1796-1821)**. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em História). Programa Interuniversitário, Lisboa.

MACHADO, Luiz Guilherme. As “Instruções” Anexas ao Alvará de Criação dos Correios Marítimos para o Brasil de 1798. **A Filatelia portuguesa**, no 6, 2002, p.6-11.

PIMENTA, João Paulo. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)**. São Paulo: Intermeios/USP, 2017

WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821-1823). In: JANCSÓ, Istvan (org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUI TEC/FAPESP, 2005, p.447-474.